

REQUERIMENTO, 49 DE 2015-CDH

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater – Seguro-Defeso do Pescador: Política Pública Trabalhista e Controle Social do Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA:

O Seguro-Defeso é um dos principais instrumentos de política pública voltado aos pescadores artesanais, executado pelo Estado brasileiro. Conjuga um direito trabalhista com conservação ambiental, visto que, os pescadores artesanais recebem proventos em dinheiro do governo, vinculados aos períodos em que a pesca artesanal, comercial e esportiva ficam vetadas ou controladas em todo o território nacional, visando a preservação, a defesa da reprodução das espécies pesqueiras e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Os proventos do seguro-defeso, pagos nos períodos de defeso de pesca, que é o impedimento legal para obtenção de renda através da pesca, exerce uma função de transversalidade importantíssima, um componente altamente desejável quando se trata de gestão ambiental e de direitos trabalhistas. Os próprios pescadores artesanais incorporaram as regras do período de defeso, reguladas pelo IBAMA, e desenvolveram mecanismos de autogestão ambiental, os chamados acordos de pesca, ancorados nas regras formais e em acordos comunitários desenvolvidos pelas colônias de pescadores, onde o seguro-defeso cumpre papel chave para a sustentabilidade econômica dos acordos de pesca.

As novas regras de concessão de seguro desemprego para o pescador artesanal, editadas pela Medida Provisória 665/2014 e em análise pelo Congresso Nacional, produzem impactos substanciais no planejamento e na gestão dos recursos pesqueiros, impactando o período de maior fragilidade dos ecossistemas pesqueiros e tornando vulneráveis os principais agentes da atividade, que são os pescadores artesanais.

CONVIDADOS:

1. Helder Barbalho - Ministro da Pesca.
2. Volney Zanardi Junior - Presidente do IBAMA.
3. Presidente da Colônia de Pescadores – Amapá
4. Valcir Santos – Depto Economia UFPA / pesquisador acordos de pesca.
5. Nathalie Beghin – Coordenadora do INESC.
6. Clemente Ganz Lúcio: Diretor técnico do DIEESE.

Sala das comissões, 15 de abril de 2015.

Senador João Capiberibe
PSB/AP



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 14ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 15 de abril de 2015 (quarta-feira), às 11h15

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
VAGO	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO